

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.707.674 - SP
(2020/0126851-1)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
EMBARGANTE : LUMINI SOLUCOES EM ILUMINACAO LTDA
ADVOGADOS : EDUARDO DE ALBUQUERQUE PARENTE - SP174081
ERIK GUEDES NAVROCKY - SP240117
PAULA BARBOSA SALLES - MG173511
EMBARGADO : GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA
ADVOGADOS : EDUARDO BASTOS FURTADO DE MENDONÇA -
RJ130532
FERNANDA D'ABREU LEMOS - DF038641
LARISSA RAYA FROTA - DF061070

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por LUMINI SOLUÇÕES EM ILUMINAÇÃO LTDA em face da decisão que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial, em razão da aplicação de súmulas de admissibilidade recursal, nos termos do art. 21-E, inciso V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em suas razões, sustenta a parte embargante que:

2. Contudo, ao assim fazê-lo, com a devida vênia, Vossa Excelência se omitiu em relação ao conteúdo de toda a discussão travada nas instâncias ordinárias pela Embargante, especialmente nos aclaratórios de fls. 280/282 dos autos de origem, por meio dos quais restou inequivocamente prequestionada a matéria.
3. Isso porque, nos referidos aclaratórios, a ora Embargante destacou que o Juízo “incorreu em omissão ao deixar de apreciar o expresso conteúdo da prova documental constante dos autos (fls. 141/150), que consiste na íntegra do registro das conversas entre as partes”.
4. Salientou-se, nesse sentido, que a “análise do integral conteúdo da referida prova, de forma cronológica, é essencial para o deslinde da controvérsia, vez que suficiente pra demonstrar o fato modificativo do direito alegado”. Prequestionado, nesse sentido, o artigo 489 do Código de Processo Civil.
5. Houve prequestionamento expresso, ainda, do artigo 485, inciso VI do diploma processual, vez que a questão foi suscitada e Tribunal a quo chegou a analisar o argumento em torno da ausência de interesse agir, contudo interpretando o dispositivo de maneira inadequada.
6. Uma vez prequestionadas as matérias que foram levadas ao conhecimento desta Egrégia Corte Superior, inclusive por meio dos competentes aclaratórios interpostos perante o Tribunal a

quo, destaca-se o cabimento do apelo extremo interposto (fls. 469-470).

Requer, assim, o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

De fato, incidem, no caso, os óbices das Súmulas n. 282/STF e 356/STF, uma vez que a questão trazida no recurso especial não foi examinada pela Corte de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para tal fim. Dessa forma, ausente o indispensável requisito do prequestionamento.

Registre-se que "No que trata da apontada violação dos arts. 11 e 489, II e III, do CPC/2015, verifica-se que, no acórdão recorrido, não foi analisado o conteúdo desse dispositivo legal apontado no presente recurso especial, mesmo porque não foram opostos embargos de declaração ou mesmo recurso de apelação para tanto, pelo que carece o recurso do indispensável requisito do prequestionamento, fundamental para a interpretação normativa exigida." (AgInt no REsp 1.850.724/RJ, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 28/10/2020.)

Por fim, ressalto que a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, não se coaduna com a via eleita. Nesse sentido, o EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há qualquer irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria apta à apreciação desta Corte foi analisada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante sobre a reiteração deste expediente, sob pena de pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos versando sobre o mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil).

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente